



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Ciclos migratórios de grupos Warao: da migração ao refúgio.

Autoria: Milena Weber Rodrigues (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), PIETRO BUENO LONGONI

Constituídos há mais de oito mil anos na região do Delta do rio Orinoco, os Warao são a sociedade mais antiga no que hoje corresponde ao território venezuelano. O "povo da canoa", significado de Warao, é formado por comunidades ribeirinhas tradicionalmente estabelecidas sobre as águas dos rios e riachos que compõem o território. Sua organização política é dispersa, mas com a existência de um "cabeça da família". Seu consumo energético sempre esteve relacionado diretamente às atividades pesqueiras, à coleta, e ao usufruto da palma de Moriche (buriti). Embora trate-se de um grupo sedentário, os Warao foram deslocados de seu território originário ao longo da história moderna venezuelana. A queda dos preços internacionais do petróleo e as péssimas políticas dos governos centrais têm gerado crises cíclicas que afetam os setores mais vulneráveis e subalternizados. Pressionados por estes fatores, promovem deslocamentos para os grandes centros urbanos. A primeira migração ocorre em 1966, com a catástrofe ambiental do represamento de um dos principais afluentes da hidrografia do Orinoco, o Caño Manamo. O segundo êxodo acontece nos anos 1990, quando a recorrente contaminação ambiental destes territórios leva à impossibilidade de sobrevivência. Além disso, a privatização pesqueira e a exploração de gás e petróleo dificultam sua permanência nesses lugares. Em 2017 alguns grupos Warao atravessam a fronteira sul da Venezuela e se estabelecem no Brasil (Roraima, Amazonas, Pará, São Paulo e Mato Grosso). Estima-se que aproximadamente 5% de sua população total tenha realizado essa travessia. A proposta deste projeto é analisar os impactos destes ciclos migratórios sobre a população Warao, e apontar as especificidades de seu último ciclo, que cruza fronteiras nacionais. Este estudo se insere dentro de um projeto mais amplo, que estuda as



transformações estruturais de tais deslocamentos nesse grupo étnico; o desenvolvimento de suas estruturas de subsistência e suas reconfigurações no contexto brasileiro; a distinção das dinâmicas gerais dos ciclos migratórios históricos dos Warao; as lógicas dos fluxos migratórios e os diversos processos de territorialização de seus grupos no Brasil. Trata-se de uma pesquisa orientada pelos interesses e necessidades de uma população altamente vulnerabilizada, que tem vivido sob a condição de refúgio, à margem das sociedades de dois Estados nacionais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: